



ABRIR CAMINHOS

Regionais 2024



O PSD governa a Madeira há 48 anos. Décadas de autoritarismo e de um desenvolvimento assente no abuso, que condena quem trabalha a uma vida de dificuldades enquanto distribui milhões pela elite que se julga dona da Madeira. Esta política leva tantas e tantos jovens a abandonar a Região, porque sentem que aqui não têm futuro.

Os mais recentes acontecimentos envolvendo Miguel Albuquerque, Pedro Calado e alguns grandes empresários, que enriqueceram à sombra do poder, não foram nenhuma surpresa para aqueles que, como o Bloco de Esquerda, sempre denunciaram as ligações perigosas entre o poder político e o poder económico e os regimes de privilégio e compadrio há muito instalados na órbita da governação regional. A luta contra a corrupção é uma prioridade da candidatura do Bloco, luta essa que já vem de longe e que pretendemos reforçar.

No dia 26 de maio, o voto é escolha e deve ser exigência. É assim o Bloco de Esquerda: uma voz única contra o privilégio de alguns, pelos direitos e pelo respeito devidos a todas as pessoas. Os candidatos e candidatas do Bloco, são gente de confiança, que fazem falta ao Parlamento da Madeira.

No Bloco não cedemos à cultura do medo e lutamos por mais justiça. A riqueza produzida na Região não pode ficar nas mãos de uns poucos e tem de servir a população. Com melhores salários e contratos de trabalho dignos, combatendo o compadrio e diversificando a economia; preservando o meio ambiente e garantindo serviços públicos de qualidade para toda a população, sem exceção. É possível ter uma vida boa, uma vida justa, na Madeira e no Porto Santo.





ÍNDICE

1. Justiça na economia	1
1.1. Proteção contra a inflação	2
1.2. Direito à habitação	3
1.3. Reforma fiscal	4
1.4. Melhores salários e trabalho com direitos	5
1.5. Combate à corrupção	6
2. Melhores serviços públicos	7
2.1. Acesso à saúde	8
2.2. Segurança e saúde pública	9
2.3. Cuidados ao longo da vida	10
2.4. Educação de qualidade	11
2.5. Cultura e arte	12
2.6. Mobilidade e transportes	13
3. Autonomia com futuro	15
3.1. Construir igualdade	16
3.2. Responder à crise climática e ambiental	17
3.3. Respeitar o bem-estar animal	18
3.4. Uma economia diversificada	19
3.5. Mais democracia	20





1. JUSTIÇA NA ECONOMIA

O Governo Regional da Madeira assegura que a economia da Região nunca esteve tão bem. Mas quem vive do seu trabalho sabe que foi esquecido pela propaganda do governo. Falta salário, saúde, habitação. Afinal, a quem serve este crescimento económico? Os grandes grupos económicos da Região enriquecem, floresce a construção de casas de luxo, mas a pobreza cresce. Na Madeira a habitação é das mais caras do país, mas os salários ficam muito abaixo da média nacional.

O Governo Regional da Madeira arrecadou em 2023 uma receita extraordinária superior a 1200 milhões de euros, fruto do contexto inflacionista; dispõe de mais de 800 milhões de euros do PRR a que acrescem os cerca de 2000 milhões do orçamento regional, para o próximo ano, e os muitos milhões dos fundos europeus, cujo financiamento dos projetos são na ordem dos 85%. Porém, as medidas de apoio às famílias e aos trabalhadores madeirenses e portossantenses são insignificantes e uma mão cheia de nada.

Não precisamos apenas de voz grossa para Lisboa. Precisamos de agir, de usar os instrumentos que a autonomia já nos confere e de coragem para o fazer.

1.1. PROTEÇÃO CONTRA A INFLAÇÃO

Perante o aumento brutal da inflação, que tem roubado salário a todas e a todos os trabalhadores e que tem incidido com grande impacto nos preços dos bens essenciais, que todos já perceberam que não irão retroceder; perante a subida galopante das taxas de juro do crédito à habitação que tem sufocado as famílias; perante uma economia de deslumbramento e com indicadores de crescimento propagandeados em sessões contínuas pelo Governo Regional, mas que tem no reverso a estagnação de salários e pensões, cujos aumentos, irrisórios, não respondem ao aumento do custo de vida, a resposta é política, com medidas, temporárias e permanentes, que tenham efeitos imediatos na vida concreta das pessoas.





O Bloco propõe:

1. Fixação de preços máximos para todos os bens essenciais;
2. Transporte público gratuito para todos os residentes na Região Autónoma da Madeira, tornando a Madeira a primeira Região com transportes públicos gratuitos e de qualidade com claros benefícios sociais e ambientais;
3. Aumento intercalar do salário mínimo em vigor na Região Autónoma da Madeira (RAM) para 900€, já em setembro próximo e para os 950€, em 2025, de modo a fazer face aos custos da inflação e da insularidade;
4. Atribuição do complemento solidário para idosos a todos os reformados e pensionistas por invalidez que auferem pensões mensais inferiores ao valor do salário mínimo em vigor na Região.

1.2. DIREITO À HABITAÇÃO

Todos precisam de uma casa para viver. Por isso, a habitação é um tema tão estruturante na vida das pessoas, quer ao nível de desenvolvimento pessoal quer enquanto sentido de integração no colectivo e de vida em sociedade.

Se, por um lado, temos alguns milhares de famílias a aguardar por uma habitação condigna, por outro lado os preços das casas na Madeira são incompatíveis para os salários de quem cá vive e trabalha.

Precisamos de habitação e rendas acessíveis para fixarmos os nossos jovens, para construirmos famílias e futuro e para melhorarmos a vida de quem tem mais dificuldades e salários mais baixos.

O Bloco propõe:

1. Reforço da construção de habitação pública e a preços controlados;
2. Tetos máximos para as rendas;
3. Extinção imediata dos vistos gold;





4. Fim dos benefícios fiscais para a reabilitação de casas que se destinam a fins que não a habitação;
5. Limitação às licenças para Alojamento Local;
6. Direcionar o mercado imobiliário para a habitação, com limites no licenciamento de novos hotéis;
7. Condicionar novas licenças para empreendimentos imobiliários à dedicação de 25% dos fogos a habitação a preços acessíveis;
8. Reabilitação e adaptação energética dos edifícios habitacionais públicos;
9. Forte aposta em programas de apoio à reabilitação e adaptação energética das habitações particulares, também como forma de combater a pobreza energética.

1.3. REFORMA FISCAL

A Madeira tem excedente, mas quem vive do seu trabalho sofre uma carga fiscal desproporcionada. O governo regional, enquanto mantém regimes de privilégio injustificado a grandes interesses económicos, cobra impostos altos até aos mais pobres dos pobres e não usa o direito da região ao diferencial de impostos para baixar o IVA nem para aliviar o IRS das chamadas classes médias.

Baixar os impostos de quem trabalha, com dedução de IVA e IRS, está ao alcance da região. É um dos direitos das zonas ultraperiféricas da Europa e fundamental face aos custos da insularidade. Mas a direita só se lembra disso para defender a Zona Franca da Madeira, que tem todo o privilégio fiscal e assegura menos de 1% do emprego da região. É benefício fiscal a mais, para emprego a menos. A região está a ser roubada.



**O Bloco propõe:**

1. Descida das taxas de IVA, regressando aos valores praticadas antes do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Madeira (taxa máxima a 16%, taxa intermédia a 9% e taxa reduzida a 4%);
2. Redução do IVA do gás e da eletricidade, que são bens essenciais e devem ser taxados em conformidade;
3. Aplicação do diferencial fiscal de 30% nas tabelas de IRS em todos os escalões;
4. Maior transparência e fiscalização na Zona Franca da Madeira e renegociação do regime com a União Europeia colocando no centro critérios mais exigentes de criação de emprego.

1.4. MELHORES SALÁRIOS E TRABALHO COM DIREITOS

Na Região um grande número de trabalhadores é pobre ou está em risco de pobreza. E se o país está na cauda da Europa, a Madeira está na cauda do país. Somos a região de todo o território nacional com maior taxa de risco de pobreza, que atinge 25% da população.

Temos uma economia assente no turismo, onde a prática são os baixos salários, a precariedade e a desregulação de horários de trabalho. Não é por acaso que as gerações mais jovens vêm na emigração a forma de assegurar a sua realização profissional, um futuro e uma vida melhor.

O Bloco propõe:

1. Combate à precariedade, incluindo a eliminação de estágios não remunerados e programas ocupacionais. A um posto de trabalho permanente deve corresponder a um contrato efetivo;
2. Promoção da contratação coletiva, garante da defesa e reforço dos direitos laborais dos trabalhadores;





3. Redução do horário de trabalho para as 35h, quer no público quer no privado, de modo a promover um maior equilíbrio entre a vida profissional, a vida familiar e o lazer;
4. Pagamento do subsídio de insularidade no valor de 5%, para todas e todos os trabalhadores da administração pública e do setor privado.

1.5. COMBATE À CORRUPÇÃO

É tempo de quebrar as amarras do clientelismo e da subserviência aos poderes económicos. Não podemos continuar a ver uma elite cada vez mais rica, com lucros fabulosos e todos os privilégios, enquanto assistimos ao empobrecimento generalizado da população. No Bloco de Esquerda queremos justiça e transparência.

O modelo de desenvolvimento do PSD-Madeira tem sido o da irresponsabilidade, sempre ao serviço do enriquecimento de uns poucos amigos. Milhões e milhões gastos nos elefantes brancos das sociedades de desenvolvimento, contratos milionários sem escrutínio, dinheiro público deitado ao lixo. É preciso travar esta sangria. Os meios da Região têm de estar ao serviço da coesão social e do desenvolvimento sustentável. O Bloco de Esquerda é alternativa exigente, sem medo e determinada na defesa de todas e de todos os madeirenses e porto-santenses, sem exceção.

O Bloco propõe:

1. Imposição da legislação nacional sobre impedimentos e incompatibilidades a todos os cargos políticos e altos cargos públicos regionais;
2. Promoção de maior transparência da Administração Pública e das empresas públicas com divulgação dos estudos, listas de espera e lista de devedores e com a drástica redução de ajustes diretos;
3. Revisão do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública Regional (SIADAP-RAM), terminando com as quotas e promovendo maior participação dos trabalhadores na avaliação e escolha das chefias na administração pública;





4. Extinção das parcerias público-privadas rodoviárias, passando a sua gestão e manutenção para o domínio exclusivamente público;
5. Extinção das sociedades de desenvolvimento e demais empresas do sector público empresarial que estejam em situação de falência técnica;
6. Cessação do estatuto de IPSS e de utilidade pública atribuído às Casas do Povo, transferindo-se as suas competências sociais (e o respetivo envelope financeiro) para os órgãos do poder autárquico ou para a secretaria regional competente, garantindo a responsabilização democrática e a fiscalização do Tribunal de Contas.

2. MELHORES SERVIÇOS PÚBLICOS

Serviços públicos de qualidade e acesso universal são garantia de democracia e da efetivação do acesso à saúde, educação, cultura ou proteção social. A falta de investimento tem vindo a degradar estes serviços e coloca em causa direitos fundamentais de madeirenses e porto-santenses. Não tem de ser assim. Não só a região tem meios para fazer melhor, como melhores serviços públicos são fundamentais ao nosso desenvolvimento social e económico.

2.1. ACESSO À SAÚDE

A saúde é um bem fundamental para todas as pessoas e o acesso aos cuidados de saúde uma preocupação para a maioria da população, que não tem capacidade para pagar consultas e exames no sector privado. Por isso, desespera, enquanto aguarda anos a fio por um exame, consulta ou cirurgia.





A lista de espera para consultas no Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira (SESARAM), neste início de 2024, aumentaram 47% , fazendo com que mais de 45 mil pessoas aguardem por uma simples consulta médica.

Perante uma lista de espera descomunal de mais de cem mil atos médicos por cumprir, entre exames, consultas e cirurgias, a preocupação do PSD-M foi fazer um truque, retirar da lista várias especialidades, e fazer de conta que reduziram a lista para metade.

A degradação do serviço regional de saúde, promovida pelo sucessivo subfinanciamento do orçamento regional e a que não é alheia a falta de transparência e promiscuidade entre sectores público e privado, é o legado do PSD-M.

A saúde não é um negócio e sem profissionais e o reforço do serviço público não é um edifício novo que irá resolver os problemas da saúde na RAM. Garantir o acesso gratuito aos cuidados de saúde a todas e todos os cidadãos é uma responsabilidade primordial do Estado de direito e está consagrado na nossa lei fundamental.

O Bloco propõe:

1. Incentivo à exclusividade no setor público e reforço dos recursos humanos (profissionais de saúde, técnicos e assistentes operacionais);
2. Implementação dos tempos máximos de resposta, como uma das formas de combate às listas de espera;
3. Reestruturação da rede de centros de saúde, apostando na medicina familiar e preventiva;
4. Garantir o funcionamento permanente de um centro de saúde com serviço de Urgências no norte da ilha;
5. Implementação da especialidade de medicina dentária nos centros de saúde, acessível a todas as idades;
6. Criação de uma Unidade de Saúde, com características hospitalares na Ilha de Porto Santo.





7. Incentivo à política da unidose no medicamento, também como forma de combate ao desperdício, e alargamento do acesso à farmácia hospitalar;
8. Investimento na implementação do Plano Regional de Saúde Mental.
9. Aposta na capacidade de resposta e tratamento na RAM, com a criação de uma comunidade terapêutica integrada que permita a recuperação e a reintegração dos doentes toxicodependentes;
10. Transformação do Hospital Dr. Nélio Mendonça numa Unidade de Cuidados Continuados Integrados para acolher as pessoas com alta clínica, quando começar a funcionar o Hospital Central e Universitário da Madeira.

2.2. SEGURANÇA E SAÚDE PÚBLICA

Na Madeira não podemos ignorar uma nova e dura realidade de toxicodependência, associada ao rápido crescimento de novas drogas sintéticas no pós-pandemia. Este é um fenómeno complexo, onde se cruzam problemas sociais, enormes riscos de saúde e legítimas preocupações com a segurança. Portugal inovou no combate às drogas quando, há já 20 anos, descriminalizou o consumo e apostou no tratamento das pessoas com adição. Esse caminho, apontado internacionalmente como caso de sucesso, tem de ser reforçado e atualizado face aos novos desafios.

O Bloco propõe:

1. Investimento em novos projetos de prevenção na área das dependências, com articulação institucional nas áreas da educação, saúde e forças de segurança;
2. Reforço do policiamento de proximidade e de meios para a deteção rápida de novas substâncias;
3. Criação de equipas de rua especializadas, em articulação com o serviço regional de saúde, para o apoio a pessoas com adições;





2.3. CUIDADOS AO LONGO DA VIDA

Queremos uma Região que respeite todas as pessoas e em todas as etapas da sua vida. O apoio na velhice, como o apoio na infância, são falhas sentidas por todas as famílias. As pessoas com deficiência continuam a ver vedados direitos básicos de cidadania e o estatuto do cuidador informal promete muito no papel e garante pouco na vida concreta.

O Bloco propõe:

1. Assistência pessoal às pessoas com deficiência e/ou incapacidade, evitando institucionalização desnecessária;
2. Mais creches e outras respostas no apoio à infância, como amas em creche familiar;
3. Mais e melhores os apoios ao domicílio;
4. Criação de residências públicas autónomas para idosos;
5. Reversão do projeto de privatização do lar da Bela Vista e manutenção na esfera pública dos lares que estão sob tutela da Segurança Social, reforçando o investimento em novos lares públicos;
6. Reforço do apoio aos cuidadores informais e concretização do seu estatuto.

2.4. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

A educação é o motor de desenvolvimento de qualquer região e a escola pública e inclusiva, acessível a todas e a todos os nossos cidadãos, é aquela que melhor potencia a igualdade de oportunidades e a correção das assimetrias sociais.

Contudo, e apesar dos avanços registados, são muitas as dificuldades por que passa a escola pública na RAM, nos vários níveis de ensino. Desde logo, a falta de





professores, que resulta quer do desinvestimento quer da descridibilização, quer ainda do envelhecimento da classe docente e da falta de assistentes operacionais nas escolas, que garantam ensino de qualidade e a assistência necessária às alunas e aos alunos.

A isto acresce uma visão liberal e economicista na gestão e definição da estratégia educativa da Região, enquanto a aposta unilateral e exclusiva na digitalização do ensino, sem uma base científica clara que valide esta opção, está a potenciar desigualdades sociais e dificuldades nas aprendizagens.

A escola deve ser palco de aprendizagem, de conhecimento empírico e de experimentação, de construção de massa crítica. É na escola que são formados os homens e as mulheres de amanhã, que queremos cidadãos interventivos e interessados.

O Bloco propõe:

1. Ensino público gratuito, da creche ao ensino superior;
2. Reforço do investimento na escola pública em infraestruturas, equipamentos e recursos humanos;
3. Fim do apoio público às escolas e colégios privados, onde exista oferta pública, com a integração do pessoal docente e não docente, que assim deseje, nas escolas públicas;
4. Redução do número de alunos por turma;
5. Reforço dos meios e apoio pedagógico para crianças e jovens com necessidades educativas especiais;
6. Reforço da ação social escolar;
7. Gestão pública das cantinas escolares;





8. Promoção de uma alimentação saudável, com base em menus nutricionalmente equilibrados, e com preferência pelos produtos regionais;
9. Progressão na carreira docente com a eliminação de todas as quotas de acesso aos vários escalões, nomeadamente ao 5º e ao 7º Escalão;
10. Vinculação de todos os docentes ao fim de três anos de contrato;
11. Redução da burocracia escolar, dando primazia à aprendizagem;
12. Generalização em todas as escolas do assistente social e do educador social, responsáveis pelo efetivo acompanhamento socioeducativo dos alunos e respetivas famílias;
13. Negociação com o Ministério do Ensino Superior o reforço da dotação orçamental da Universidade da Madeira e da sua autonomia.

2.5. CULTURA E ARTE

A Cultura é um setor da sociedade que promove a identidade de um país e de uma região, com projeção no futuro. Numa região ultraperiférica como a RAM, é fundamental que o seu tecido cultural, com pouca visibilidade nos grandes centros de decisão do país, apesar de existirem já algumas entidades sustentadas com apoios do Ministério da Cultura, seja efetivamente reconhecido como uma mais-valia social e económica. Esse reconhecimento não pode ficar dependente das lógicas que o Turismo impõe. É necessário criar condições que permitam ao todo da sociedade madeirense e portossantense usufruir de um fenómeno que promove a circulação do pensamento, a capacitação crítica e novos olhares sobre o espaço da RAM, no país e fora dele.

O Bloco propõe:

1. 1% do orçamento regional para a cultura;
2. Criação de uma nova Secretaria que separe a Cultura do Turismo e que a aproxime da Educação e da Cidadania;





3. Criação de um Plano Regional das Artes que consciencialize artistas, instituições culturais e comunidades para a dimensão educativa e inclusiva, assim como para o impacto social de um plano articulado com as características das diferentes comunidades locais;
4. Criação de um fundo de apoio aos agentes culturais madeirenses e portossantenses, facilitando a circulação dos seus projetos e iniciativas pelos outros territórios nacionais;
5. Criação de protocolos que isentem os agentes culturais do pagamento pela utilização dos espaços geridos pelas Sociedades de Desenvolvimento, já que as artes e a cultura não são um negócio, mas um investimento;
6. Criação de condições infraestruturais, logísticas e técnicas para o acesso à cultura na costa norte da ilha da Madeira.

2.6. MOBILIDADE E TRANSPORTES

Numa região insular e totalmente dependente do exterior, a acessibilidade e a mobilidade são cruciais e de relevância estratégica, pelo que deveriam estar subordinadas ao controlo público.

No plano da mobilidade interna, e face à orografia da ilha, as dificuldades devem ser colmatadas com uma aposta forte numa rede de transportes públicos coletivos. Este não é o tempo da irresponsabilidade da multiplicação de estacionamentos, túneis megalómanos ou mais arruamentos que convidam ao uso do transporte individual. É necessário um novo paradigma na mobilidade.

O Bloco propõe:

1. Promoção da utilização dos transportes públicos coletivos, como fator de sustentabilidade;
2. Implementação do plano integrado de transportes públicos que cubra todo o território regional, com passe único gratuito para todas e todos os cidadãos residentes na Região Autónoma da Madeira;





3. Renovação da frota de autocarros, dando preferência a soluções não poluentes;
4. Restabelecimento da ligação marítima de passageiros ao continente, de modo a garantir maior diversidade no acesso ao território nacional;
5. Regionalização da operação dos portos e da ligação ao Porto Santo com a criação de uma empresa pública de navegação para as ligações marítimas entre a Madeira e o Porto Santo, durante todo o ano, e ao território continental;
6. Definição de teto máximo de 86€ das passagens aéreas dentro do território nacional, para todas e todos os residentes na RAM, seguindo o modelo de serviço público;
7. Gestão integrada dos aeroportos da Madeira e do Porto Santo, articulada com céleres ligações marítimas inter-ilhas, como medida mitigadora dos efeitos da inoperacionalidade do aeroporto da Madeira.

3. AUTONOMIA COM FUTURO

A Madeira está a mudar. O governo regional e a generalidade dos partidos continuam amarrados ao passado, mas há cada vez mais pessoas, jovens e menos jovens, que são solidárias e atentas aos problemas da Região e do Mundo. Gente que não aceita o imobilismo, que fica indignada com as injustiças e luta contra elas, que ajuda quem mais precisa, que se organiza em movimentos solidários pela igualdade, pelo ambiente, pelo bem-estar animal. Esta é a gente do Bloco de Esquerda. Gente que não se conforma e que quer um futuro melhor.

Queremos uma Autonomia virada para o futuro, que a Região tenha uma palavra a dizer sobre acordos internacionais, o ambiente e o mar. Uma autonomia filha da Revolução.





3.1. CONSTRUIR IGUALDADE

Ser tratado com igualdade perante a lei e na sociedade, com os mesmos direitos e deveres, independentemente do gênero, idade, orientação sexual, pertença etno-racial, língua, religião, é um direito humano fundamental que está consagrado e que deve ser respeitado.

O respeito pelo outro, celebrar a diferença, o cultivar a tolerância obriga à empatia, ao colocar-se nos sapatos do outro, e desenvolve a nossa humanidade. Contudo, nesta matéria, a realidade mostra que ainda temos um longo caminho a percorrer para que a efetiva igualdade se concretize e o poder político tem aqui um papel de particular relevância.

O Bloco propõe:

1. Implementar a Lei da Paridade na eleição dos deputados à ALRAM e o sistema de quotas nos cargos de chefia da Administração Pública Regional e do setor empresarial público;
2. Combater e discriminação salarial entre géneros;
3. Implementar um plano de apoio às vítimas de idadismo, de género, de racismo, de xenofobia e LGBTfobia;
4. Reforçar os meios de apoio às vítimas de violência doméstica, racial e de género;
5. Promover maior eficiência e rapidez nos processos legais que garantam às vítimas de violência de género permanecer em casa, sendo o agressor obrigatoriamente afastado;
6. Promover a integração social e profissional das pessoas com deficiência;
7. Dotar as comissões de proteção de crianças e jovens em risco de melhores meios e recursos humanos que lhes permita responder às solicitações;
8. Combater o preconceito e assegurar o acesso a cuidados de saúde adequados à comunidade LGBTQI+.





3.2. RESPONDER À CRISE CLIMÁTICA E AMBIENTAL

A paisagem é o ex-libris da Região e aquilo que mais valoriza quem nos visita. Deve, por isso, ser protegida dos interesses económicos que, aliados ao poder político que governa a RAM há quase cinco décadas, têm delapidado recursos naturais e betonizado o arquipélago do mar à serra. Urge, pois, um ordenamento do território rigoroso, sustentável, respeitador do ambiente e da biodiversidade.

Para além disso, numa Região onde chove cada vez menos (menos 50% na última década) e onde o aumento da temperatura média, nos últimos dez anos, atingiu valores que nos devem preocupar, as alterações climáticas estão à vista e exigem ação para minimizar os seus impactos.

O Bloco propõe:

1. Promoção da mobilidade sustentável através do desenvolvimento da rede e da capacidade e qualidade dos transportes públicos coletivos;
2. Reforço da aposta nas energias renováveis e incentivo à eficiência energética das habitações e edifícios, reduzindo a dependência dos combustíveis fósseis;
3. Proteção dos recursos hídricos, quer através da recuperação do coberto vegetal autóctone, quer através de investimento para a redução de perdas de água na rede pública;
4. Incentivo à reciclagem e ao uso de embalagens reutilizáveis, bem como abolição da embalagem de uso único;
5. Proibição de novas licenças para pedreiras e britadeiras, a par de maior fiscalização às legalmente constituídas, fazendo cumprir a legislação existente;
6. Implementação do plano de reordenamento e gestão das zonas de risco;
7. Garantir o acesso gratuito ao mar para toda a população, com qualidade e segurança;





8. Extensão da rede de águas e saneamento básico a todas as habitações e edifícios;
9. Promoção da reflorestação com espécies autóctones, eliminando as espécies invasoras;
10. Garantir educação ambiental para todas e todos, envolvendo a comunidade de modo a alcançar um maior compromisso com a sustentabilidade e a qualidade ambiental;
11. Investir na gestão das áreas protegidas e classificadas da RAM, promovendo, desde logo, a reversão imediata de projetos como a estrada das Ginjas e o teleférico do Curral das Freiras;
12. Reforço da fiscalização e das equipas de guardas-florestais, de modo a prevenir e minimizar abusos e identificar prevaricadores;
13. Proteção das espécies em perigo de extinção e dos seus habitats.

3.3. RESPEITAR O BEM-ESTAR ANIMAL

O Bloco de Esquerda reforça o seu compromisso com as políticas de bem-estar animal e as propostas que levou à Assembleia da República, no âmbito do projeto de revisão constitucional, são disso exemplo.

O respeito pelos animais e pela natureza, pela proteção da biodiversidade são fundamentais para a compreensão e preservação do mundo em que vivemos e de que fazemos parte integrante.

O Bloco propõe:

1. Criação de uma Unidade de Saúde Veterinária pública;
2. Inclusão das associações de proteção animal na lei do mecenato;





3. Reforço dos apoios para as associações, Centros de Recolha Oficiais (CRO's), abrigos e locais que recebem e protegem animais, assim como pessoas individuais para melhor cuidar dos animais;
4. Promoção de campanhas de sensibilização contra o abandono, negligência e maus-tratos aos animais, bem como pela adoção consciente/responsável;
5. Investir na informação, sensibilização e educação para a proteção e bem-estar animal, incluindo municípios, juntas de freguesia, autoridades de segurança, entre outras instituições e entidades governamentais e não governamentais. Trabalho conjunto e em parceria com representantes de associações, grupos de proteção animal e representantes de partidos políticos;
6. Criação de uma rede de centros de recolha oficiais que abranja todos os municípios;
7. Construção de locais de abrigo para animais de rua (em especial os animais idosos e outros grupos que frequentemente são menosprezados e ignorados e/ou não adotados), assim como bebedouros e comedouros públicos;
8. Proibição de espetáculos com animais;
9. Garantia da presença de veterinário nos matadouros e reforço da fiscalização;
10. Substituição do transporte marítimo de animais vivos por transporte de carne congelada;
11. Reforço de competências do Provedor do animal.





3.4. UMA ECONOMIA DIVERSIFICADA

A Região Autónoma da Madeira não pode viver, nem vive, apenas do Turismo e da Construção. Os setores produtivos, e designadamente o setor produtivo primário (agricultura e pesca) e os setores tradicionais como o artesanato devem ser incentivados para recuperarem um lugar de relevo na economia regional.

Apesar dos muitos milhares de euros disponibilizados pelo PRODERAM, porventura mal direcionados para a abertura de estradas, a situação na agricultura é cada vez mais problemática. Temos agricultores muito envelhecidos (em cerca de 10 anos o número de agricultores desceu para metade), aumenta o abandono dos terrenos agrícolas, também muito pressionado pela especulação imobiliária, o que comporta reflexos fortemente negativos não só neste setor, mas também a montante, como no setor da produção vinícola, com a perda de área de vinha, e no sector turístico onde a paisagem é relevante na promoção do destino.

Falta uma política agrícola adaptada à realidade territorial, ao que acresce as dificuldades em registar os terrenos com a conseqüente impossibilidade de recorrer a apoios comunitários. O setor das pescas, que contribui em cerca de 1% para o PIB regional, tem sido objeto de uma política regional virada para os subsídios e avales, que resulta no endividamento do sector.

O Bloco propõe:

1. Apoio à agricultura tradicional, para preservação da paisagem, usos e costumes;
2. Elaboração de um programa de desenvolvimento rural, integrando as questões da agricultura, do artesanato, dos produtos tradicionais e do ambiente, que canalize os apoios diretamente para os agricultores e valorize o produto Madeira;
3. Reforço e proteção das áreas agrícolas, particularmente da cobiça do sector imobiliário;
4. Criação de um gabinete jurídico público que, em parceria com as associações de agricultores, contribua para resolver o problema da falta de registo das propriedades;





5. Controlo público do uso de produtos nocivos à saúde humana e ao ambiente;
6. Suspensão do aumento das explorações de aquacultura intensiva;
7. Regulamentação e fiscalização rigorosa da indústria de aquicultura existente a fim de evitar danos ambientais, como a poluição marítima, e a degradação dos habitats marinhos naturais;
8. Reconversão da frota para laborar em todas as épocas e na pesca de diferentes espécies; diminuição da carga fiscal e dos custos com o gasóleo;
9. Disponibilização de centros de abastecimento de combustível fora do Funchal;
10. Renegociação das 200 milhas da Zona de Proteção da Zona Económica Exclusiva para que, na prática, os pescadores não fiquem impedidos de aí exercerem a sua atividade;
11. Pesquisa de novos bancos de pesca e avaliação rigorosa dos existentes, com a criação de épocas de defeso para as espécies.

3.5. MAIS DEMOCRACIA

A Constituição e a Revolução de Abril possibilitaram a instituição da Autonomia das regiões insulares, enquanto importante instrumento de correção de assimetrias sociais, culturais e estruturais.

O PSD-M apropriou-se do termo, demasiadas vezes como arma de arremesso político e de gritaria contra Lisboa, sem, contudo, passar do plano de intenções no que concerne ao reforço da autonomia regional.

Temos um governo que vive da propaganda, que está desfasado da realidade dos cidadãos, das suas necessidades e expectativas, e demasiado próximo dos interesses dos grandes grupos económicos que se foram construindo à sombra de um regime que, simultaneamente, alimenta e suporta. Reduzir a democracia





à mera votação em eleições tem sido o objectivo do PSD, coartando qualquer intervenção cívica.

O Bloco propõe:

1. Revisão do Estatuto Político-Administrativo;
2. Reforço dos poderes de fiscalização dos deputados sobre os atos do Governo Regional e da Administração Pública;
3. Fim da figura do Representante da República e sua substituição pelo Provedor da Autonomia;
4. Revisão da Lei das Finanças Regionais, retirando os constrangimentos impostos no tempo da troika;
5. Reforço da RTP na região, garantindo autonomia financeira e capacidade de produção própria bem como a vinculação de todos os profissionais precários;
6. Desenvolver mecanismos que promovam uma democracia mais participada, designadamente com a elaboração de legislação que permita o direito à iniciativa legislativa aos cidadãos, discussão de petições e recurso a referendos regionais.

